A Chave do Tamanho

Assim como a energia elétrica e outros temas que periodicamente agitam a atenção pública brasileira, na educação é necessário pensar também a longo prazo, como escreveu no **Jornal do Brasil** (3 de junho) o sociólogo Simon Schwartzman. A equação é semelhante em todos os grandes *fronts*, nos quais sempre é necessário ''pensar a longo prazo''.

O Brasil avançou no setor da educação, indiscutivelmente, como observou o sociólogo: há mais escolas, a educação média se expandiu, alguns recursos públicos são melhor distribuídos, há mais e melhores estatísticas, a educação superior voltou a crescer, nunca houve tantos recursos para a pesquisa científica e tecnológica e, acima de tudo, há o consenso de que a educação é a chave do futuro - e do tamanho. Mas nem tudo está resolvido, sobretudo em setor no qual jamais um estalar de dedos poderia resolver problemas herdados dos tempos de colônia. O triunfalismo oficial, em matéria de educação, e também em matéria de Saúde, não tem o condão de afastar todas as dificuldades, e as últimas conquistas devem ser colocadas ao lado das aspirações que ainda não foram satisfeitas e requerem a continuação dos esforços.

O historiador Paul Kennedy, autor de *Ascensão e queda das grandes potências*, assinalou durante o decorrer dos anos 90 que os desafios fundamentais de uma sociedade são a educação e a qualidade de vida que se leva nela. Segundo Kennedy, entre os fatores que determinam o ritmo de atraso e de progresso dos países o primeiro é o sistema de ensino, e, nele, o estudo da matemática. Quando se vai à Coréia e a Taiwan (Formosa), países que progrediram, encontra-se grande rede pública de ensino. Um garoto coreano de 16 anos sabe mais matemática do que um americano de 20. Outros fatores se seguem: a força do sistema financeiro e a capacidade de poupar, a ação política e social (uma sociedade avança quando está comprometida com o progresso e não com o obscurantismo) e a posição geográfica (a Inglaterra teve vantagens por ser uma ilha, enquanto a URSS com 13 mil quilômetros de fronteiras, dois terços do território congelado e grandes desertos no sul, tinha a geografia perversa).

Sob qualquer aspecto é preciso ver se as sociedades querem desenvolver seus sistemas educacionais, se elas querem investir no aprendizado da ciência, da matemática, da literatura. O primeiro e maior pecado da elite é a arrogância, não querer ouvir. O segundo, de acordo com Kennedy, é a busca do sucesso fácil, causa de decadência de muitas sociedades que se acreditam imunes ao descompasso dos tempos modernos.

O Brasil, de acordo com Schwartzman, tem a péssima tradição de reprovar e depois de algum tempo expulsar das escolas as crianças com dificuldade de aprender. Crianças que repetem nem por isso aprendem mais. A batalha da alfabetização está longe de ser vencida; sem ela não adianta aumentar matrículas da pré-escola, melhorar o salário dos professores, evitar a evasão escolar ou melhorar estatísticas de repetência. Se as matrículas estão crescendo, os problemas podem estar se agravando. A escola tradicional de 30 ou 40 anos atrás pensava exclusivamente nos filhos das classes média e alta: a obsolescência dos currículos era superada pela cultura adquirida em casa. O ensino técnico ou profissional no Brasil nunca se desenvolveu a contento (em países europeus o ensino profissional é aproximado ao máximo do setor produtivo). As universidades públicas mantêm padrão de qualidade em muitas áreas para alunos de nível social mais alto que passaram no vestibular e estudam durante o dia. O ensino como um todo insiste em que as instituições, incluindo as privadas, se ajustem ao ''modelo único'' da universidade de pesquisa. Sem falar na noção contraditória e dogmática de que a educação deve se expandir a qualquer custo.

A Constituição de 1988 determina a obrigatoriedade do ensino básico universal - a grande responsabilidade do Estado. Definiu até prazo para a erradicação do analfabetismo e para a implantação do ensino fundamental a toda a população: 10 anos... A primeira Constituição brasileira, de 1823, já obrigava a ''instrução primária e gratuita para todos os cidadãos''. Foi uma das primeiras a estabelecer esta meta formalmente no mundo ocidental. Começou há 178 anos portanto a tradição brasileira de legislações avançadas porém não cumpridas. Até hoje, ainda por cima, União, estados e municípios interferem na educação de forma desarticulada, ocasionando desperdício e confusão.

Houve inchaço da rede pública em detrimento da qualidade de ensino. Não se deveria aumentar o número de matrículas sem melhoria da eficiência do ensino. A crise econômica e social dos anos 80 deixou sua marca: segundo a Unicef mais de 40% das crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias carentes, com renda mensal de até meio salário mínimo.

Os provões estão aí para demonstrar que muito ainda precisa ser feito - sobretudo pensar a longo prazo.

EXPEDIENTE

Copyright© 1995, 2000, Jornal do Brasil, Primeiro Jornal Brasileiro na Internet